

O ato falho e contínuo da Ministra Gallotti em um julgamento que exigia precisão absoluta

Por Cláudio Magnavita*

O ato falho da ministra Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues derrubou toda a força de um voto pré-elaborado e politicamente construído. A não correção do ato falho pelos colegas é de uma maldade sem tamanho com a relatora do julgamento do TSE, realizado na noite de quatro de novembro.

A sensação é que ela teve o seu canto de cisnes da corte eleitoral, a qual deve sair nas próximas semanas, transformado em algo que arranhava os ouvidos mais atentos e até arrancava sorrisos discretos dos advogados.

Nascida no Rio, a ministra Isabel Gallotti sairia de cena consignando o seu voto com o pedido de cassação do governador do seu estado Natal e promovendo novas eleições.

O ato falho cometido é imperdoável para quem decide a vida ou a morte de um mandato outorgado por 4,9 milhões de eleitores.

Trocar o nome do segundo réu de relevância no processo em todas as suas falas, persistir no erro, até mesmo quando a presidente da Corte repetida vezes pronunciou de forma correta, é destruir a relevância do cuidado ou do estudo detalhado que a matéria merece.

Não foi uma, não foram duas ou três,



mas dezenas de vezes que ela inclui um novo réu no processo, um tal de PAMPLONA. Isso mesmo, a ministra foi incapaz de citar o ex-vice-governador de Thiago Pampolha de forma correta. Trocar Pampolha por PAMPLONA em todas as falas pode ser um ato falho, porém o voto era lido. Estaria errado o nome do réu no processo? Parecia que ela lia uma peça que não escreveu e que não estudou. Cadê o domínio do fato?

Este erro demonstra a ponta de um iceberg de um jogo de cartas marcadas e pressão. A própria marcação do julgamento para uma semana depois da operação no Alemão e na Penha demonstra duas coisas: a primeira permite que ainda no mandato no TSE a ministra Isabel Diniz Gallotti tivesse o seu momento histórico e ao mesmo tempo tentar ferir a visibilidade e a exposição do Governador Claudio Castro.

Será que no TSE a ministra não contou com o apoio de algum assessor ou de colegas que poderiam alertá-la sobre o grave erro repetido a exaustão? Algo que um simples bilhete poderia corrigir? A Ministra Cármen Lucia repetiu reiterada vezes o nome PAMPOLHA, sem resultados. No mínimo a relatora achou que era a presidente que estava falando errado.

O voto de um relator com um peso de cassar mandato de um governador de estado,

ainda mais da importância do Rio, tem que ser preciso. Além da falha repetida com o nome do vice-governador, as correções realizadas no final, com ajustes na pena do PAMPLONA e a retirada correção do pedido de cassação de diploma, já que ele já renunciou, tudo feito de forma nervosa, deu um tom melancólico ao que seria um momento histórico para a ministra. O voto foi tão confuso e instável que transformou o pedido de vistas em algo compulsório.

O efeito midiático está, porém, promovido. As manchetes que o Palácio do Planalto queria serão geradas pela mídia contaminada pela esquerda e incapaz de aceitar a reorganização da direita.

Faltam seis votos. A relatora fez a sua despedida do TSE entrando para a história de forma risível e para a coletânea de fatos que revelam a fragilidade dos magistrados que emprestam a sua toga para a política, criando fatos inusitados e assinando votos que não escreveu. Afinal, foi ela quem trouxe um novo réu, o PAMPLONA, para um julgamento que exigia precisão em todas as etapas. Vão culpar a IA ou o corretivo do texto que truncou e revelou a fragilidade de um voto que mereceria toda atenção.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Brasil e Reino Unido fortalecem cooperação estratégica em negócios e sustentabilidade no Fórum LIDE Brazil UK

O fortalecimento das relações econômicas e estratégicas entre Brasil e Reino Unido foi o foco do LIDE Brazil UK Forum, que foi realizado na última sexta-feira (31), no Hotel Savoy, em Londres.

Fotos Felipe Gonçalves/LIDE



“O Pix foi a porta de entrada da revolução financeira brasileira”. Vice-chairman do Nubank e ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto destacou no LIDE Brazil Reino Unido Fórum os quatro pilares da transformação digital e o papel das fintechs na inclusão e na concorrência bancária



Em Londres, o ex-presidente Michel Temer destacou o Reino Unido como exemplo de estabilidade institucional e afirmou que o Brasil deve fortalecer o debate democrático sem radicalização, com base na “polarização de ideias e não de ódios”



Embaixador do Brasil no Reino Unido, Antonio Patriota afirmou que é “incoerente” que duas das dez maiores economias do mundo mantenham baixa intensidade comercial e defendeu o início de negociações para um acordo bilateral de livre comércio

PINGA-FOGO

■ **ESTADO DO RIO VIBROU COM A RENOVACÃO DA CONCESSÃO DA LIGHT - Vitória para o Rio com a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de aprovar a recomendação ao Ministério de Minas e Energia (MME) para prorrogar o Contrato de Concessão de Distribuição da Light Serviços de Eletricidade S.A. A concessão, que venceria em 4 de junho de 2026, deverá ser estendida por mais 30 anos.**

■ A Light se reinventou e com uma administração dinâmica é responsável pelo fornecimento de energia elétrica a cerca de 4 milhões de unidades consumidoras em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro. Segundo a Aneel, a empresa atendeu aos requisitos previstos no Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que estabelece as condições para a renovação das concessões de distribuição de energia no país. O termo aditivo aos contratos de concessão de distribuição foi aprovado em 25 de fevereiro deste ano, durante reunião pública da diretoria da agência.

■ **Relator do processo, o diretor Gentil Nogueira destacou a relevância da medida para a modernização e eficiência do setor. “O novo contrato traz condições mais rígidas ao concessionário, ao mesmo tempo que traz incentivos para a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras”, afirmou. A recomendação agora segue para análise e decisão final do Ministério de Minas e Energia, responsável pela formalização da prorrogação.**

■ **ENEL TERÁ DE SEGUIR OS PASSOS DA LIGHT E REINVENTAR** - Na mesma reunião, a agência reguladora adiou a conclusão do julgamento que pode levar à recomendação de caducidade da concessão da Enel São Paulo. O processo foi suspenso após pedido de vista do diretor Gentil Nogueira.

■ **A renovação da Enel SP passa necessariamente pela avaliação do desempenho da distribuidora — responsável pelo fornecimento de energia em 24 municípios, incluindo a capital paulista — durante eventos climáticos extremos. Pelas normas da Aneel, Nogueira tem até 60 dias para devolver o processo à pauta e permitir a retomada do julgamento.**

■ A relatora do caso, diretora Agnes da Costa, apresentou voto favorável à manutenção da fiscalização reforçada sobre a concessionária. Segundo ela, embora a Enel São Paulo tenha apresentado planos de ação e relatórios de melhorias, ainda há fragilidades na governança e na resposta operacional da empresa em momentos críticos, o que, em sua avaliação, justifica o acompanhamento prolongado.

■ **A distribuidora enfrentou falhas de fornecimento registradas na Grande São Paulo, que resultaram em uma série de apagões e deixaram milhares de consumidores sem energia. Em um dos episódios mais graves, cerca de 950 mil imóveis ficaram sem luz na capital paulista — quase um quinto das unidades consumidoras atendidas.**

■ A Aneel pode recomendar a cassação da concessão, mas a decisão final, em todos os casos, cabe ao Ministério de Minas e Energia.

Fernando Molica

Segurança é questão política

Não há nada errado em se politizar a segurança pública: como outros aspectos da vida da sociedade — saúde, educação, moradia, transporte — o tema é político, tem que ser encarado a partir de pressupostos amplos, que expressem visões de mundo de cidadãos e governos.

O problema não é com a política vista de maneira abrangente, mas com o uso da máquina pública em benefício de interesses de políticos. É o que permite a deputados indicarem aliados para o comando de batalhões da Polícia Militar ou de delegacias. Esse tipo de prática não deveria ser encarado como algo político, mas como um desvio de função, uma espécie de passaporte para o caos.

Com o perdão da redundância, cabe aos políticos — pessoas escolhidas pelos eleitores — definirem políticas públicas para a segurança, estabelecerem prioridades, metas, objetivos a serem alcançados ao longo do tempo. Providências que, se encaradas de maneira séria, vão muito além da questão policial. Foi o que foi feito, por exemplo, em Bogotá e Medellín, na Colômbia.

Além de uma profunda reforma no aparelho policial, as medidas incluíram melhorias no transporte, que facilitaram a vida da população mais pobre, criação de postos de saúde e escolas, implantação de linhas de crédito

que financiaram novos empreendedores, abertura de bibliotecas-parque nas periferias, estímulo ao lazer e à produção e consumo de bens culturais.

Como insiste Jorge Melguizo, ex-secretário de Cultura Cidadã e de Desenvolvimento Social de Medellín, a cidade definiu que o contrário da insegurança não é segurança, é convivência”. Isso, repetiu várias vezes, se constrói com investimento em projetos sociais, educativos e culturais. Ou seja, a questão fundamental não foi matar bandidos, mas investir na cidadania, impedir queavas e levass de jovens continuassem a ser atraídos pela criminalidade.

O que ocorreu por lá — um país vizinho, latino-americano, com tantos problemas semelhantes aos nossos — foi uma decisão política, de caráter amplo e institucional. A Colômbia era marcada pela ação de cartéis internacionais de droga e pelos embates com grupos guerrilheiros, e entre estes e os paramilitares. A tragédia parecia não ter fim.

(Em 1998, estive por lá para fazer uma reportagem. A ameaça ao Estado nacional era imensa. O governo cederá uma parte de seu território para as Farcs, principal grupo guerrilheiro. A área guerrilheira correspondia ao tamanho do Estado do Rio. No caminho para San Vicente de Caguán, a capital dos rebel-

des, nossa equipe foi parada por blitzes feitas pelo exército e pelos guerrilheiros.)

O tamanho da destruição que ameaçava a existência do país certamente colaborou para a adoção de políticas mais amplas, menos voltadas para interesses específicos, decisões que iam além do senso comum de que o extermínio é a única saída para a busca de segurança pública.

Os milhares de brasileiros envolvidos em atividades criminosas são, antes de tudo, brasileiros. Pessoas que, em determinado momento de suas vidas — muitas vezes, na adolescência — avaliaram o futuro que tinham pela frente e acharam que não valia a pena insistir na vida dentro da legalidade.

Num Brasil em que filho de pobre tende a continuar pobre (isso vale também para os ricos), em que a miséria e a prosperidade são quase hereditárias, é possível entender a opção de tantos garotos (o que não significa negar seus crimes — compreender é bem diferente de perdoar).

Não é razoável que o país continue achar normal que tantos jovens optem pela vida bandida; não podemos continuar a temer meninos de 12 ou de 13 anos. É preciso reconhecer que a exclusão sistemática como a que se pratica por aqui há mais de 500 anos é também criminosa, e precisa ser interrompida.

Tales Faria

Bate-boca antecipa resistências no STM a punir golpistas

Primeira presidente mulher do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha chegou ao cargo sob fortes resistências de parte dos ministros da Corte. Não só por ser mulher, mas também por suas teses feministas e críticas ao período de ditadura militar.

Até sua eleição para presidente do STM foi difícil. A regra nos tribunais superiores é do revezamento entre os ministros por antiguidade. Mas, no caso dela, houve empate na votação em sete votos a sete. Coube à própria Maria Elizabeth Rocha desempatar votando em si mesma para poder assumir o cargo.

Nesta terça-feira (4) ela se viu obrigada, novamente, a enfrentar resistências. Na abertura da sessão, a ministra rebateu o colega de Corte, o tenente-brigadeiro do ar Carlos Augusto Amaral Oliveira, que criticou seu pedido de perdão às vítimas da ditadura, feito em um evento em lembrança aos 50 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog. O jornalista foi um dos assassinados durante o regime militar.

Na sessão da Corte da quinta-feira (30), sem a presença da ministra, Carlos Augusto Amaral Oliveira havia dito que a presidente do STM deveria “estudar um pouco mais de história” para

“opinar sobre a situação no período histórico a que ela se referiu e sobre as pessoas a quem pediu perdão”.

A ministra afirmou: “A divergência de ideias é legítima. O que não é legítimo é o tom misógino, travestido de conselho paternalista sobre ‘estudar um pouco mais’ a história da instituição, adotado pelo interlocutor. Uma instituição que integro há quase duas décadas e bem conheço. Essa agressão desrespeitosa não atinge apenas esta magistrada; atinge a magistratura feminina como um todo.”

Carlos Augusto Amaral Oliveira disse que não era misógino. afirmou que a ministra deveria fazer uma reunião para ver se seu pedido de desculpas teria apoio dos colegas. Para ele, Maria Elizabeth Rocha projetou uma imagem negativa do Tribunal.

O pano de fundo do bate-boca, na verdade, é a tensão entre os ministros militares com a decisão que terão que tomar dentro de poucos meses. O STM terá que discutir o caso dos oficiais que já foram e ainda serão condenados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da tentativa de golpe de Estado que culminou na invasão das sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

A Constituição de 1988 estabelece que militar condenado

a pena de prisão superior a dois anos, com sentença transitada em julgado, deve ser submetido a um julgamento em instância militar para avaliar se ele é “indigno” ou “incompatível” com o oficialato.

Até agora como único condenado a pena inferior a dois anos, o tenente-coronel Mauro Cid, a princípio, escapa desse julgamento. Mas o STM terá que decidir, por exemplo, se o capitão da reserva e ex-presidente Jair Bolsonaro e estrelados oficiais-generais como Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Almir Garnier são é “indignos” ou “incompatíveis” com o oficialato.

O STF os condenou a penas de até 27 anos de prisão como comandantes do golpe.

Se considerados indignos na Justiça Militar, podem perder seus postos e patentes nas Forças Armadas, além de uniformes, distintivos e o direito ao porte de armas e à possibilidade de cumprir pena de prisão em organização militar.

O Plenário do STM é composto por 15 ministros — 10 oficiais-generais das Forças Armadas e cinco civis. Tem um peso maior dos militares, com risco de a decisão final se pautar pelo corporativismo da caserna. Isso certamente atingirá negativamente a imagem dos militares.